

Uma análise preliminar da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo sob a ótica da Teoria das Práticas

VICTOR BUENO SELLIN

victorbsellin@hotmail.com

TANIA PEREIRA CHRISTOPOULOS

tchristop@gmail.com

Uma análise preliminar da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo sob a ótica da Teoria das Práticas

Resumo:

A agricultura urbana e periurbana (“AUP”) têm despertado o interesse de governos e formuladores de políticas públicas como forma de aumentar a segurança alimentar das cidades (Mougeot, 2006). Em um processo acelerado de urbanização nos países em desenvolvimento, marcado por desequilíbrios ambientais e sociais, a AUP se coloca como uma alternativa importante (FAO, 2014). A AUP acontece na cidade de São Paulo de forma extremamente heterogênea, no que diz respeito à localização, motivação, agentes, áreas, entre outros. O objetivo deste trabalho é analisar a AUP sob a ótica da teoria das práticas utilizando-se da sistematização proposta por Orlikowski (2000). A AUP é classificada em três tipologias: AUP comercial periurbana, AUP não comercial comunitária e AUP não comercial em jardins privados. Ao final, identificam-se em cada uma dessas tipologias três dimensões pelas quais ocorrem as interações entre os agentes e as estruturas sociais: recursos, normas e esquemas interpretativos.

Palavras-chave: agricultura urbana e periurbana, teoria das práticas, estruturas sociais

A preliminary analysis of the Urban and Peri Urban Agriculture (“UPA”) in the city of São Paulo through the lens of the Practice Theory

Abstract:

The Urban and Peri Urban Agriculture (“UPA”) has called attention from governments and public policies makers as an alternative to improve food security in the cities (Mougeot, 2006). As developing countries goes through an accelerated process of urbanization, characterized by social and environmental issues, the UPA presents itself as an important alternative (FAO, 2014). The UPA in the city of Sao Paulo is highly heterogeneous, in regards to its locations, motivations, agents, areas and other characteristics. The goal of this article is to analyze the UPA through the lens of the Practice Theory using the framework proposed by Orlokowski (2000). The UPA is classified in three typologies: commercial UPA in peri urban areas, non commercial communitary UPA and non commercial UPA in private gardens. At the end, are identified in each one of these typologies three dimensions through which occurs the interactions between agents and social structures: resources, norms and interpretative schemes.

Palavras-chave: urban and peri urban agriculture, pratice theory, social structures

Introdução

Nos últimos 20 anos, a agricultura urbana e periurbana (“AUP”) têm despertado o interesse de governos e formuladores de políticas públicas como forma de aumentar a segurança alimentar das cidades (Mougeot, 2006; Zezza e Tasciotti, 2010). Segundo a FAO (2014), os países da América do Sul e Caribe, se reuniram em 2009 para debater a pobreza urbana e, por meio da Medellín Declaration, aclamaram os países da região a incluírem a agricultura urbana em suas políticas públicas de segurança alimentar, melhoria de nutrientes e desenvolvimento urbano. Dos 23 países pesquisados pela FAO no documento “Growing Greener cities in South America and Caribbean”, 12 possuem algum tipo de política pública que explicitamente promove a AUP. O mesmo documento confirma a presença da AUP na região. A AUP é praticada por 40% dos residentes de Cuba, 20% dos moradores da Guatemala e Saint Lucia. Nas principais cidades da Plurinational State of Bolivia, 50 mil famílias praticam a AUP, em Bogotá, 8.500 famílias produzem alimento para consumo próprio. No Haiti, 260 ha de terras intra e periurbana são cultivadas por 25.500 famílias.

Já nos países desenvolvidos do Norte, segundo Mougeot (2006), no início, a AUP foi praticada prioritariamente por questões de segurança alimentar em tempos de crises e guerras. Atualmente, apesar da segurança alimentar ainda ser importante, a AUP tornou-se multifuncional (Zasada, 2011), expandindo seus propósitos para terapia e recreação, educação, desenvolvimento de comunidades, aumento da vegetação nas cidades, solução para resíduos urbanos, entre outros. Grandes centros mundiais, como Amsterdam, Londres, Estocolmo, Berlin, São Petersburgo na Europa, e Nova Iorque, Filadélfia, Cleveland, Montreal, Toronto e Vancouver na América do Norte, incorporaram a AUP em suas estratégias de políticas públicas municipais (Mougeot, 2006; Nordahl, 2009; Redwood, 2008).

Apesar da sua importância, a AUP ainda é um conceito em desenvolvimento. A AUP se diferencia da agricultura rural pois está integrada ao sistema econômico e ambiental urbano. De forma simplificada, é a produção agrícola que acontece dentro e nas bordas dos centros urbanos e é destinada diretamente para o mercado daquela cidade. A sua integração com a dinâmica econômica, social e ambiental da cidade é, segundo Mougeot (2000), a principal característica da AUP. Não é apenas sua localização que a define como urbana, mas o fato de estar inserida na dinâmica da cidade. Essa integração se dá, segundo o Mougeot (2000), por meio da integração da AUP com: a gestão do zoneamento e ocupação do solo na cidade, as estratégias de sobrevivência e segurança alimentar da cidade, as diretrizes de sustentabilidade da cidade, o sistema de distribuição de alimentos da cidade. A AUP não exclui a agricultura rural e em maior ou menor medida se coloca como complementar a ela.

Além dos itens citados acima, que denotam a integração entre a AUP e a cidade, os estudos costumam construir o conceito de AUP a partir de outras seis características principais, sendo a principal delas a localização, e além disso, a atividade econômica, categorias de produtos, destino da produção, características da área de produção e escala (Mougeot, 2000; Tornaghi, 2014).

Neste estudo, a agricultura urbana cultivada na cidade de São Paulo será objeto de estudo. Características distintas são apresentadas pela literatura e nos permitem classificá-la em AUP comercial periurbana, AUP não comercial comunitária e AUP não comercial em jardins privados. Essa tipificação contribuirá para o objetivo do estudo, que é realizar uma análise preliminar da AUP no município de São Paulo sob a

ótica da Teoria das Práticas. A aplicação desta teoria permitirá a identificação de elementos que interferem na formação de práticas e na sua contribuição para a construção de instituições. Sua contribuição para as políticas públicas é a evidência de relações recursivas entre agentes que produzem práticas e estruturas formadas por normas e recursos, propiciando elementos para análise nos diversos momentos do ciclo das políticas públicas.

A seleção do objeto justifica-se porque a cidade de São Paulo é um dos maiores e mais dinâmicos centros urbanos do mundo, com mais de 12 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 7.398 habitantes por quilômetro quadrado, possuindo o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país (IBGE, 2014).

Apesar do seu foco em atividades notoriamente urbanas, como serviços administrativos e financeiros, a cidade possui experiências de produção agrícola dentro do perímetro do município (Valdiones, 2013). São experiências heterogêneas, mas todas fortemente integradas à dinâmica da cidade de São Paulo e por isso serão classificadas como AUP, conforme Mougeot (2000).

Nesse sentido, toda atividade agrícola mapeada por esse trabalho na cidade de São Paulo será considerada urbana, ou seja, nenhuma experiência agrícola mapeada dentro do município de São Paulo será considerada como rural. Isso é possível, pois todas as atividades agrícolas da cidade possuem três características: ocorrem dentro ou muito próximas a áreas tipicamente urbanas, com alta densidade demográfica, sua produção é destinada à cidade de São Paulo evidenciando um elo com a dinâmica da cidade, e é parte das políticas urbanas do município, como o Plano Diretor Estratégico, Políticas de Merenda Ecológica e outras políticas de incentivo. A integração com a dinâmica da cidade é a principal característica da AUP, segundo Mougeot (2000).

AUP interferindo em aspectos sociais e ambientais

Questões sociais justificam a preocupação com a ocupação de espaços por atividades que contribuam para elevar o uso da terra com a produção e distribuição de alimentos.

O mundo passa por um processo de urbanização que se dá de forma mais acelerada e evidente nos países em desenvolvimento. Nos últimos 10 anos, a população urbana aumentou em 500 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, de 2 bilhões para 2,5 bilhões. Até 2025 espera-se que a população urbana nos países em desenvolvimento chegue a 3,5 bilhões (FAO, 2012). Essa urbanização ocorre acompanhada de altos níveis de pobreza urbana. Cerca de 30% da população urbana dos países desenvolvidos está desempregada ou são “trabalhadores pobres” com renda abaixo da linha da pobreza. Esses trabalhadores utilizam a maior parte da sua renda para alimentação. O ritmo de crescimento das favelas supera o ritmo de crescimento das cidades. Em 2020, estima-se que população urbana pobre chegará a 45% dos moradores das cidades, ou 1,4 bilhão de pessoas (FAO, 2012).

Esses fatos explicam a crescente importância das atividades relacionadas à segurança alimentar urbana, principalmente nos grandes centros da África, Ásia e América Latina. A AUP se coloca como parte dessas atividades de segurança alimentar nas cidades. Além de aumentar a oferta de alimentos, a AUP aumenta a qualidade do alimento que chega à população pobre urbana, pois é composta em sua maior parte por vegetais e frutas de alto valor nutricional (FAO, 2012 e FAO, 2014). Além disso, a agricultura

urbana pode ser uma fonte de renda para moradores e ainda elevar a estabilidade de consumo de alimentos, permitir maior contato das mães com seus filhos, pois é normalmente praticada próxima da residência (Maxwell, 2003; Maxwell et al., 1998; Armar-Klemesu, 2001; Egal et al, 2001).

Além de contribuir para minimizar a insegurança alimentar, a AUP também é frequentemente lembrada por gerar s benefícios ambientais. A FAO (2012) elencou alguns desses: integração da AUP com o ciclo de resíduos sólidos por meio da compostagem, incentivo a reutilização de água, redução da necessidade de transporte dos alimentos, redução das temperaturas das cidades e melhora a qualidade do ar. A transformação dos resíduos sólidos orgânicos em composto rico em nutrientes é um exemplo de como a AUP se integra à dinâmica da cidade. O estudo da FAO fornece exemplos de cidades que, por meio da compostagem, evitam o envio de resíduos aos aterros e lixões e fornecem adubo orgânico aos praticantes da AUP.

A AUP como prática

A AUP na cidade de São Paulo é um fenômeno heterogêneo em diversos aspectos. Como mostra esse artigo, suas motivações vão desde a segurança alimentar e renda até a terapia e educação ambiental. Seus locais de realização vão desde os telhados de edifícios comerciais, até áreas periurbanas de 12 hectares. Seus atores vão desde agricultores profissionais até advogados em busca de terapia e contato com o meio ambiente. Seus incentivadores vão desde leis municipais de zoneamento até ONGs. Por mais difícil que seja sua definição, o fato é que ela ocorre na cidade de São Paulo e tem forte vínculo com a dinâmica urbana. Apesar de suas variadas motivações, o ato de produzir alimento na cidade e para a cidade, acontece. Esse artigo propõe a análise desse fenômeno como uma prática, conforme as definições da teoria das práticas.

A teoria das práticas propõe o entendimento das atividades humanas como uma interação entre as ações do indivíduo e as estruturas sociais (Touliatos, 2011). Segundo a teoria das práticas, cujos fundamentos são baseados na teoria da estruturação (Giddens, 1984), as atividades humanas não podem ser entendidas levando-se em conta apenas as ações do indivíduo e suas vontades, nem apenas estruturas sociais pré-estabelecidas. As ações existem à medida em que os agentes (aqueles que agem) a colocam em prática ou, como diria Giddens, à medida em que são instanciadas. Para que sejam instanciadas, essas práticas dependem de agente, estrutura e suas inter-relações.

Por exemplo, ao se analisar mudanças sociais em hábitos de consumo, deve-se levar em conta a capacidade do ser humano de decidir sobre suas ações e alterá-las, ou seja, de atuar como agente, mas também, considerar-se que esses hábitos estão imersos em estruturas sociais pré-definidas, como regras de mercado, padrões de jornada de trabalho, planejamento urbano, entre outras. (Touliatos, 2011). O agente e a estrutura se influenciam mutuamente, possibilitando alterações na estrutura. As estruturas restringem e capacitam a ação humana e são também criadas e recriadas por atores que atuam sobre essas mesmas estruturas. Essa reciprocidade entre agente e estrutura possibilita a persistência das instituições que tendem a perdurar no espaço e no tempo (Jarzabkowsky, 2004) Relevante ressaltar que a recursividade entre ações do agente e estrutura formam as práticas sociais, de forma não determinística. Atores conscientes

agem de forma proposital (racionalmente orientada), apesar de usufruir de um conhecimento que não é, necessariamente explícito. Mais precisamente, a ação ocorre como função da consciência prática, na qual o conhecimento tácito e baseado na experiência é incorporado em práticas da vida cotidiana (Giddens, 1984)

A AUP será aqui entendida como uma prática: o conjunto de ações rotineiras entendidas como necessárias para a produção de alimentos nas cidades. Conforme a teoria das práticas, o fenômeno da AUP não será estudada apenas do ponto de vista da ação e vontade do agente (praticante da AUP), nem apenas das estruturas sociais (sistema alimentar), mas como uma prática em que ambos, o agente e a estrutura, interagem de forma dinâmica e recursiva.

Conforme definido por Orlikowski (2000), a interação entre agente e estrutura se dá por meio de três dimensões: recursos, normas e esquemas interpretativos.

Enfoque metodológico

O estudo de casos múltiplos foi a estratégia de pesquisa adotada, pois a mesma propicia a obtenção de evidências inseridas em diferentes contextos (Stake, 2005).

A coleta de dados foi elaborada com base em artigos e sites, conforme apresentado no quadro 1 no período de janeiro a junho de 2017.

Os dados foram analisados com base em codificação (Fereday e Muir-Cochrane, 2006), que permitiram a definição de temas e posterior classificação em três distintas tipologias. As tipologias foram definidas com base nos critérios indicados pela literatura. Foram levantados os atores, o local e área ocupados na cidade, a motivação dos atores para a prática da atividade, os produtos cultivados e, por fim, o destino da produção (verificar quadro 1).

Em seguida, foram identificadas três dimensões pelas quais ocorrem as interações entre os agentes e as estruturas sociais: recursos, normas e esquemas interpretativos para cada uma das três tipologias da AUP.

Resultados e análises

A AUP na cidade de São Paulo e suas tipologias

A AUP no município de São Paulo é heterogênea e para sua análise é necessária a sua classificação em três tipos. As três tipologias propostas nesse artigo não são exaustivas, mas pretendem englobar parte significativa da AUP no município.

Conforme ressaltado na seção anterior, toda agricultura mapeada por este estudo e que faça parte do município será considerada urbana, devido à sua integração com a dinâmica urbana. Nenhuma agricultura mapeada será considerada rural. A integração com o município se dá, entre outros motivos, pela localização e destino da produção.

O primeiro filtro para a separação em tipologias é a motivação: comercial, ou não comercial. A AUP comercial acontece em terrenos maiores, naturalmente na região periurbana, com dedicação de agricultores. A AUP não comercial acontece predominantemente em regiões intraurbanas e será dividida em duas tipologias: hortas comunitárias e hortas privadas. A AUP não comercial comunitária é praticada em locais públicos, como praças e canteiros, ou dentro de equipamentos públicos, como escolas. Já a AUP não comercial em locais privados é praticada no telhado de edifícios

comerciais ou em jardins de casas privadas. Abaixo, um resumo das três tipologias, seguido de uma descrição mais detalhada sobre as fontes usadas no mapeamento de cada uma delas.

Breve descrição sobre as tipologias

AUP comercial

A AUP comercial é definida como a AUP existente em terrenos privados, próprios ou arrendados, com o objetivo de venda de parte da produção. É praticada por agricultores, nas regiões periurbanas da cidade, em áreas maiores do que as observadas nas outras tipologias.

A AUP comercial foi mapeada com base no material de Valdiones 2013, que realizou a sistematização dos dados do Cadastro do Produtor Rural de setembro de 2012 (CPR). O CPR mapeou 402 Unidades de Produção Agropecuária no município de São Paulo.

AUP não comercial comunitária

A AUP não comercial comunitária é definida como a AUP praticada em terrenos comunitários como escolas públicas, praças e canteiros. É praticada por não agricultores, de profissões variadas, com diversos objetivos, como pedagógicos, terapêuticos e assistência social.

A AUP não comercial comunitária foi mapeada por duas fontes: o site Cidade sem Fome, onde é informado que essa ONG estimula e auxilia na manutenção de 38 hortas em escolas na cidade, e o site Cidades Comestíveis que incentiva e mapeia hortas comunitárias em praças e canteiros.

AUP não comercial em jardins privados

A AUP em jardins privados se refere à produção de alimentos em espaços privados, sem fins comerciais.

Para exemplificar a existência de produção de alimentos em espaços privados na cidade de São Paulo, foi usada como principal fonte a horta existente no telhado do shopping Eldorado. Conforme pesquisas em jornais e sites especializados, nota-se que essa prática é realizada também em alguns estabelecimentos de menor porte, como, principalmente restaurantes.

Quadro 1 - Principais dados sobre as tipologias - elaborado pelos autores

Tipologia	Atores Mapeados	Local da cidade	Áreas	Motivação	Produtos	Destino
Agricultura comercial	402 agricultores familiares	Região periurbana <ul style="list-style-type: none"> • Zona Sul: 312 (4.642 hectares) • Zona Leste: 48 (134 hectares) • Zona Norte: 42 (184 hectares) 	Área média de 12,34 hectares. <ul style="list-style-type: none"> • 38,5% vegetação natural • 26,9% culturas temporárias • 11,2% área de descanso • 23,4% outros 	Agricultores, com renda total ou complementar.	Olericultura, flores e plantas ornamentais, fruticultura, entre outros	Zona Sul <ul style="list-style-type: none"> • 35% atacadista • 27% fim de semana • 14% Zona Sul • 24% Zona Norte • 80% venda para o fim de semana

Agricultura não comercial comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade sem fome: 38 hortas em escolas e 25 hortas comunitárias em terrenos públicos e privados • Cidades comestíveis: aproximadamente 15 hortas em áreas públicas 	Praças, canteiros, escolas, lajes de edifícios, áreas públicas cedidas	Pequeno porte	Subsistência, pedagógica, socialização, terapêutica, entre outros	Horticultura	Comunidade
Agricultura não comercial em jardins privados	Shopping Eldorado	Telhado verde	3 mil metros quadrados	Sustentabilidade empresarial	Horticultura	Função comercial

A aplicação da teoria das práticas nas três dimensões: recursos, normas e esquemas interpretativos

Recursos

Espaço

O principal recurso para a realização da AUP é o terreno. No ambiente urbano existe alta competição pelo uso do solo.

Por esse motivo, a AUP é praticada em locais ociosos, onde essa competição é restrita. A geografia da AUP (Tornaghy, 2013) a leva a áreas mais afastadas do centro. Seus espaços são áreas públicas, como praças e canteiros, áreas restritas, como escolas, áreas antes ociosas, como o telhado de prédios, ou áreas com alguma restrição à construção civil, como, por exemplo, embaixo de linhões de energia elétrica ou em locais por onde passam grandes encanamentos.

Mão de obra

No caso da AUP comercial, a mão de obra vem do próprio agricultor ou de sua família. No caso da agricultura comunitária, educativa ou privada, ela ocorre por meio de mão de obra voluntária, não remunerada.

Normas

Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE)

O PDE é o instrumento básico da política de ordenamento do desenvolvimento e da ocupação territorial do município. No documento o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana é utilizado em quatro ocasiões.

Na primeira ocasião, no item “Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental”, como uma das atividades a serem incentivadas nessa Macroárea do Município. Na segunda, no parágrafo 268 sobre as diretrizes a serem seguidas no Sistema de Áreas Verdes Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, como uma das atividades a serem apoiadas e incentivadas nos espaços livres da cidade. Na terceira ocasião, na seção sobre as políticas de Habitação Social, como uma das tecnologias socioambientais a serem observadas nas habitações de interesse social. Na quarta, a agricultura urbana e periurbana orgânica aparece como uma das diretrizes da política ambiental.

O termo agricultura é utilizado outras 13 vezes e, na maioria das vezes, refere-se ao incentivo da agricultura familiar e orgânica como diretriz do município.

É importante notar que o PDE define uma parte do município como Área Rural, inclusive onde estão localizadas as UPAs de agricultura periurbana citadas nas tipologias deste artigo. Apesar da definição de rural pelo PDE para fins de ocupação do solo, este estudo considera a agricultura praticada nessa área como AUP, pela sua forte integração com a dinâmica urbana, como define Mougeout (2000).

No que diz respeito a Macro Áreas, a AUP no município se desenvolve principalmente na Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, o que mostra sua ligação com a dinâmica urbana.

Lei da Merenda Ecológica da Município de São Paulo

A LEI Nº 16.140, de 17 de março de 2015 dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo. Desde o primeiro projeto de Lei, até sua aprovação final foram quatro anos.

A obrigatoriedade, além de contribuir para o aumento da qualidade da alimentação servida nas escolas, também incentiva a AUP no município. Isso porque, no artigo 8º da Lei, afirma-se que: “Os alimentos orgânicos ou de base agroecológica produzidos no município de São Paulo, prioritariamente os oriundos da agricultura familiar, terão preferência sobre os produzidos em outras localidades”.

PROAURP - Lei 13.727/04 e Decreto 45.665/04

Segundo o site da prefeitura de São Paulo, a Lei 13.727/2004 tem o objetivo de “apoiar e incentivar a produção local, auxiliando na implantação de projetos de hortas (comunitárias, educativas, medicinais, de autoconsumo e com geração de renda), de criação de pequenos animais, de pomares e produção de plantas ornamentais. Os participantes acompanhados pelo PROAURP têm acesso à orientação técnica, agroecológica, ferramentas, sementes e outros insumos”.

Podem participar do programa: escolas públicas e particulares, unidades de saúde, produtores rurais e urbanos, comunidades locais, organizações não governamentais, instituições e assistência social e outras secretarias.

A existência dessa Lei mostra certo interesse do município na AUP. Porém a real implementação dos programas propostos na Lei e seus resultados precisam ser estudados.

Lei Municipal Nº 16.212, de 10.06.2015

A Lei 16.212/2015 dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo. Segundo a Lei, para atingir seus objetivos, as praças poderão receber diversos equipamentos, entre eles, hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo. A proposta de horta deve ser aprovada pela subprefeitura e deve conter as informações do projeto, inclusive os responsáveis pela sua manutenção. As praças que sediarem hortas, poderão ter composteiras, a serem mantidas pelos responsáveis pela horta.

Esquemas interpretativos

Educação e consciência ambiental

A AUP é vista como um instrumento para aumentar o contato entre o morador urbano e a natureza. Esse contato é considerado importante do ponto de vista terapêutico e educacional. Segundo o site Cidades Comestíveis: “Acreditamos no potencial educativo de hortas urbanas, estimulando o contato humano com as dinâmicas naturais e ampliando a consciência ambiental e cultural dos indivíduos em sua realidade local.” Segundo o site da ONG cidade sem fome, na seção sobre hortas escolares: “O projeto, que envolve tanto estudantes, pais de alunos e professores, aborda ao mesmo tempo assuntos como alimentação saudável, a relação homem-natureza e o meio ambiente.” Ou conforme matéria de site especializado sobre a ONG cidades sem fome: “Iniciativa leva hortas até escolas públicas em São Paulo e promove o contato de alunos com educação ambiental - (Fundação Telefônica, 10/2016) “

Laços sociais

A AUP é vista como uma forma de renovação dos laços comunitários. Conforme o site cidades comestíveis: “Ao cultivar alimentos na cidade, criamos comunidades solidárias de vizinhos ao redor de nossas hortas, recuperando laços sociais e o hábito da boa convivência no espaço público. O cultivo urbano favorece a criação de laços de amizade e interação, baseados na partilha da colheita, no uso coletivo de recursos e na celebração da diversidade.”

Percepção de segurança alimentar

A AUP é vista como uma forma de aumentar a segurança alimentar das cidades, principalmente nos bairros de baixa renda. Conforme o site da ONG Cidades Sem Fome: “O objetivo era e continua sendo a integração social de grupos vulneráveis, utilizando como ferramenta de inclusão trabalhos de horticultura, que contribuem efetivamente na melhora da alimentação das crianças e dos adultos.” Na seção do site sobre hortas em escolas: “A primeira meta deste projeto é facilitar o acesso a alimentos saudáveis, prevenir a desnutrição e a deficiência alimentar de crianças em regiões com vulnerabilidade social para lhes garantir a boa saúde.” A matéria realizada por site especializado sobre a ONG Cidades Sem Fome afirma: “Horta comunitária garante alimentos e renda a moradores da Zona Leste - (FAP Comunica, 12/2016)”

Sustentabilidade empresarial

A AUP é vista como um sinal de sustentabilidade empresarial e pode ser usada por praticantes privados como alinhamento da marca com metas de redução de impacto ambiental. No site do shopping Eldorado: “Com o objetivo de dar destino ecologicamente correto a cerca de uma tonelada de lixo orgânico gerados diariamente em suas praças de alimentação.(...) Desta forma, o projeto trabalha com o tripé da sustentabilidade: meio ambiente, economia e social.” A AUP é vista como menos agressiva ao meio ambiente do que a agricultura convencional. O site Cidades Comestíveis cita: “Repudiamos os impactos negativos da agricultura convencional sobre o meio ambiente desde a extração de recursos naturais, transporte, embalagem e geração de resíduos e uso da mão de obra.” Ou conforme cita o site do shopping Eldorado: “Com o objetivo de dar destino ecologicamente correto a cerca de uma tonelada de lixo orgânico gerados diariamente em suas praças de alimentação.”

Independência

A AUP é vista como independente do sistema alimentar atual e das grandes redes de latifúndios, transporte e comercialização de alimentos, conforme citação do site Cidades Comestíveis: “Fazemos isso porque queremos caminhar rumo à autonomia alimentar. Nosso objetivo é diminuirmos progressivamente a dependência da agricultura convencional, da indústria alimentícia e dos grandes varejistas.”

Também é vista como forma eficiente de tratar seus próprios restos de alimentos sem participar do sistema de descarte de resíduos em aterros e lixões, conforme site do shopping Eldorado: “O projeto tem reduzido significativamente a quantidade de lixo enviada ao aterro sanitário, antecipando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos, além de reduzir a emissão de carbono na atmosfera gerada pelo transporte do material. O objetivo é em 5 anos zerar o envio de lixo ao aterro.”

Agricultor na cidade

A AUP orgânica é vista como a renovação da profissão do agricultor no ambiente urbano. Existe a visão de que é possível ser comercialmente mais eficiente do que a agricultura convencional e garantir emprego para agricultores no ambiente urbano. Segundo a CPR, parte dos agricultores comerciais são oriundos de famílias de agricultores do campo (Valdiones, 2013).

A aplicação da teoria das práticas nas tipologias da AUP

As figuras 1, 2 e 3 resumem os três elementos e as relações recursivas entre as práticas dos agentes e a estrutura, em se tratando de cada uma das tipologias da AUP identificadas neste estudo. O sistema de produção, distribuição e venda de alimentos se consolida ou se altera, à medida que as práticas são instanciadas, com a utilização de recursos, normas e aplicação de esquemas interpretativos. Ao mesmo tempo, estes três elementos sofrem alterações, à medida que são aplicados. Esta recursividade evidencia a potencialidade de agentes públicos interferirem nas instituições mas, ao mesmo tempo, expressa a vulnerabilidade de seus comportamentos às próprias instituições nas quais baseiam suas práticas.

AUP comercial

A AUP comercial possui como principais recursos terras periurbanas com áreas médias de 12,3 hectares. A agricultura urbana acontece em áreas em que existe baixa competição para outros usos, dada sua baixa atratividade comercial, ou em áreas em que outros usos são restritos (Tornaghi, 2014). Um exemplo são áreas sob linhas de transmissão ou com estruturas (dutos) subterrâneos, casos em que não é possível a incorporação imobiliária.

As principais normas se referem a planos de zoneamento urbano, que por um lado restringem essas áreas para outros usos ou que delimitam áreas para proteção ambiental. Uma lei importante é a Lei Merenda ecológica que cria uma fonte de demanda para a produção local e incentiva a produção.

Os esquemas interpretativos se referem aos estoques de conhecimento que permitem que os agentes interpretem situações e definam razões que legitimem suas práticas. Segundo Valdiones (2013), parte relevante dos agricultores urbanos comerciais são oriundos de famílias de agricultores rurais. Portanto, ao se deslocarem para a cidade mantiveram sua atividade.

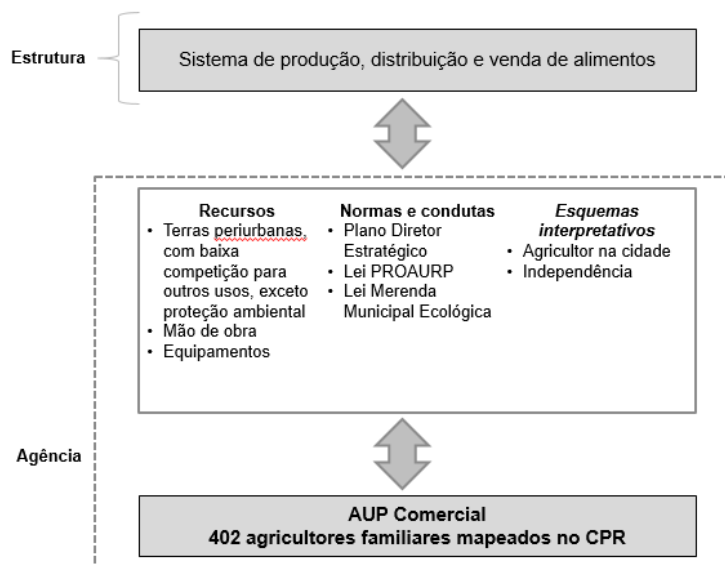


Figura 1 – Relações recursivas entre estrutura e agência na AUP comercial

AUP não comercial comunitária

A AUP não comercial comunitária ocorre em terrenos menores. A prática da AUP não comercial comunitária tem acesso ao recurso terra principalmente, pois ocorre em locais em que outros usos são restritos, como por exemplo, escolas e praças.

As normas que mais legitimam essa prática são leis que regulamentam o uso de praças e sua “adoção” pelos moradores.

Os esquemas interpretativos que se destacam nessa tipologia são a visão de que a AUP reforça o senso de comunidade e cria laços entre pessoas, a visão de que a AUP reconecta o morador urbano com a natureza, conexão perdida há muito tempo e que tem benefícios emocionais e físicos e, por fim, a visão de que a prática de plantar contribui para a educação ambiental.

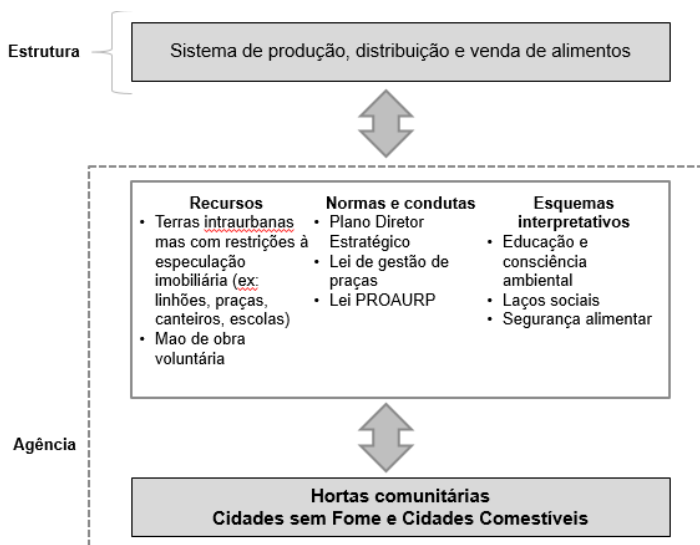


Figura 2 – Relações recursivas entre estrutura e agência na AUP não comercial comunitária

AUP em jardins privados

Nessa tipologia os recursos são privados e não precisam “negociar” seu uso com outros entes envolvidos. A decisão de utilizar a terra para a AUP é exclusiva do proprietário.

No caso das empresas, uma das normas que legitima sua prática são regulações ambientais, como a Lei Nacional dos Resíduos Sólidos, que incentiva a compostagem e consequentemente cria espaço para a discussão da destinação do adubo produzido a partir do lixo orgânico para a AUP.

Os esquemas interpretativos que dão lógica e razão a essa prática envolvem a visão de empresa sustentável e redução de impacto ambiental, entre outros. A atitude é vista e legitimada como uma iniciativa de marketing que melhora a imagem da empresa e gera mídia espontânea, conforme entrevistado e site da empresa.

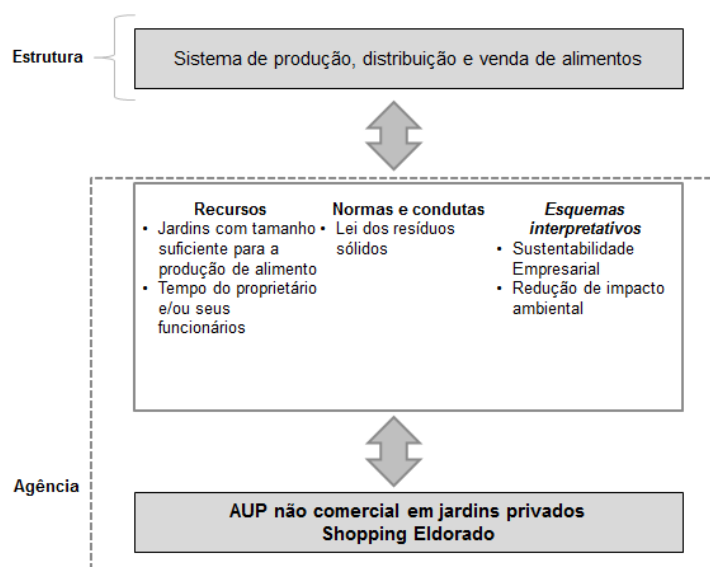


Figura 3 – Relações recursivas entre estrutura e agência na AUP em jardins privados

Considerações finais

O objetivo de analisar a AUP sob a ótica da teoria das práticas foi atingido, a partir de sua classificação em três tipologias distintas. Cada uma dessas tipologias apresenta distintos recursos, normas e esquemas interpretativos. As relações de recursividade estabelecidas através das relações entre agentes e esses elementos, instanciadas nas práticas sociais, contribuem para a mudança ou estabilização das instituições. Para cada tipo de AUP, pode-se pensar em diferentes políticas públicas intervindo nas práticas que poderiam alterar os elementos formadores da estrutura, assim como nas diferentes implicações que essas intervenções poderiam causar ao próprio sistema.

A AUP está presente na cidade de São Paulo de forma significativa e heterogênea. A Teoria das práticas e a sistematização proposta por Orlikowski (2000) forneceram perspectivas interessantes para entender esse fenômeno urbano, suas motivações, desafios e interpretações. O trabalho atual tem caráter preliminar e tem como objetivo fornecer uma caracterização da AUP no município.

Será importante a condução de um trabalho mais aprofundado sobre a quantificação do potencial produtivo da AUP na cidade de São Paulo, assim como a quantificação de

seus potenciais impactos sociais e ambientais. Além disso, seria importante mapear seus riscos e limitadores. A partir da quantificação, saberemos se a AUP é uma realidade com alta capacidade de impacto ambiental e social, ou apenas um fenômeno específico e isolado.

Referências bibliográficas

Armar-Klemesu, M. 2001. Urban agriculture and food security nutrition and health. Thematic paper 4. In Bakker, N. et al (eds.), *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda*. DSE, Fefdafing.

Egal, F., Valstar, A., Meershoek, S. 2001. *Urban Agriculture, Household Food Security and Nutrition in Southern Africa*. Mimeo, FAO, Rome.

Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO(2012). *Criar Cidades Mais Verdes*. Roma, Itália.

Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO(2014). *Growing Greener Cities In Latin America and the Caribbean*. Rome, Italy.

Fereday, J; Muir-Cochrane, E. (2006) Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. *International Journal of Qualitative Methods*, 5(1), 80-92.

Giddens, A. (1984). Elements of the Theory of Structuration. In Giddens, A. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, p 1-36.

Jarzabkowsky, P. (2004). Strategy as Practice: Recursiveness, Adaptation, and Practices-in-Use. *Organization Studies* 25(4): 529–560.

Maxwell, D. (2003). The importance of urban agriculture to food and nutrition. In: *Annotated Bibliography on Urban Agriculture*. Sida and ETC, Leusden, The Netherlands, pp. 22-129.

Maxwell, D.; Levin, C.; Csete, J. (1998). Does urban agriculture help prevent malnutrition? Evidence from Kampala. *Food Policy* 23(5), 411-424.

Mougeot, L. J. (2000) - *Urban Agriculture: Definition, Presence and Potentials and Risks and Policy Challenges*. IDCR. Cities Feeding People Series Report 31.

Mougeot, L. J. (2006). *Growing better cities: Urban agriculture for sustainable development*. IDRC. Ottawa, Canada. Nordahl, D (2009) *Public Produce: The new urban agriculture*. Wahington, DC: Island Press.

Orlikowski, Wanda J., 2000 - Using Technology and Constituting Structures: A Practice Lens for Studying Technology in Organizations. *Organization Science*, Vol. 11, No. 4 (Jul. - Aug., 2000), pp. 404-428

Redwood, M. (2008). *Agriculture in Urban Plannin: Generating Livelihoods and Food Security*. London: Earthscan.

Stake R. (2005). Case Studies. In: Denzin, N.; Lincoln, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, p. 108-132.

Tornaghi, C. (2014). Critical geography or urban agriculture. *Progress in Human Geography*, 38(4), 551-567.

Touliatos, D. (2011). *Growing Urban Agriculture: Using Social Practice Theory To Assess How Transition Norwich Can Upscale Household Food Gardening In The City Of Norwich*. Norwich, England.

Valdiones, A P. G.. (2013). *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo*. São Paulo, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2014) dados provenientes de: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

Zasadaa, I. (2011). Multifunctional peri-urban agriculture—A review of societal demands and the provision of goods and services by farming. *Land Use Policy* 28(4), 639–648.

Zeza, A; Tasciotti, L. (2010). Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. *Food Policy* 35(4), 265–273